

NOTAS SOBRE A LIDERANÇA DE DOM SEBASTIÃO LEME NO BRASIL

Notes on Dom Sebastião Leme's Leadership in Brazil

Francisco Antonio de Vasconcelos¹

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre o papel realizado por Dom Sebastião Leme, de 1916 a 1942, no que diz respeito à reaproximação entre Igreja e Estado, no Brasil. Para uma melhor compreensão do problema, parte-se de um levantamento histórico de como esta relação ocorreu no país, desde a chegada dos portugueses, em 1500, até a Constituição de 1891 que confirmou a separação entre Igreja e Estado com o advento da Proclamação da República. Na seqüência, reflete-se sobre a *Pastoral* de 1916, documento em que Dom Leme, recém nomeado Arcebispo de Olinda, desponta como líder católico capaz de lutar em prol dos interesses da Igreja. Finalmente, mostra-se o papel realizado por Dom Leme, de 1916 a 1942, fundamental para reaproximar a Igreja católica e o Estado Brasileiro.

Palavras-chave: Igreja católica, Estado brasileiro, neocristandade, interesse.

Abstract: The objective of this paper is to discuss the role of Dom Sebastião Leme, 1916-1942, with respect to the rapprochement between Church and State, in Brazil. For a better understanding of the problem, one starts from a historical survey of how this relationship occurred in the country since the arrival of the Portuguese in 1500, until the Constitution of 1891 which confirmed the separation of church and state with the advent of the Proclamation of Republic. In the sequel, is reflected on the *Pastoral* of

Artigo recebido em: 01 de jun de 2015

Aprovado em: 20 de dez. 2021

¹ Graduação em Teologia e Filosofia; Mestrado em Filosofia; Especialização em Língua e Literatura Latina; Doutorado em Ciências da Educação; Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí (Desde 2009).: franciscoantonio_vasconcelos@yahoo.com.br

1916, document in which Dom Leme, newly appointed Archbishop of Olinda, emerges as Catholic leader capable of fighting for the interests of the Church. Finally, we show the role carried out by Dom Leme, from 1916 to 1942, fundamental to reunite the Catholic Church and the Brazilian State.

Keywords: Catholic church, Brazilian state, neo-christendom, interest.

Introdução

Embora o objetivo deste artigo exija que o estudo foque os três grandes momentos do episcopado de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, isto é, de 1916 a 1921 (em que ele foi arcebispo da Arquidiocese de Olinda)², de 1922 a 1930 (período relativo a seu arcebispado na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro), de 1930 a 1942 (período de seu cardinalato), para uma adequada compreensão do trabalho feito por nosso prelado, visando melhorar as relações entre Igreja e Estado no Brasil, é indispensável voltar às origens e partir de onde tudo começou, a chegada dos portugueses aqui.

Durante todo esse tempo, Dom Sebastião Leme liderou as relações entre Igreja e Estado, no Brasil. Sua iniciativa em persuadir o Presidente Washington Luís em 1930 a renunciar espontaneamente à Presidência da República, salvou o Brasil de uma iminente guerra civil que, além de sanguinolenta, arriscava provocar a fragmentação da unidade nacional. Em coerência com sua missão pastoral, esse Cardeal conseguiu de Getúlio Vargas o compromisso de sempre escutar a Igreja em decisões relativas a assuntos que envolvessem a fé e a moral (a proclamação da República pôs a Igreja Católica e seus bispos numa situação difícil e embaraçosa). Dom Leme desponta na liderança do episcopado com o desafio de fazer emergir a recristianização no Brasil. Sua Carta Pastoral de 1916 é uma verdadeira declaração de guerra a tudo o que é anticatólico.

A relevância em trabalhar aqui a figura desse bispo, focando no papel desempenhado por ele na reunificação da relação entre Igreja e Estado no Brasil, no período acima informado, aparece, dentre outras razões, pelo fato de isto envolver períodos fundamentais da história brasileira como a Primeira República e a Era Vargas; ou eventos como o comunismo no Brasil e sua relação com a Igreja e o Estado, no período aqui considerado; o papel político desempenhado pela Igreja Católica nesse período; sua disputa com o Exército, como

² É este o nome oficial dessa Arquidiocese à época da nomeação de Dom Leme como seu arcebispo. Será graças ao próprio Dom Leme que ela passará a ser designada de Arquidiocese Olinda-Recife.

instituições que buscavam ampliar seu grau de influência na política e na sociedade brasileiras, em tempos de crise; a atuação de Dom Leme como pacificador. A questão central aqui é entender como Dom Leme, homem de Igreja, tornou-se ator fundamental na reaproximação entre Igreja e Estado ocorrida a partir dos eventos históricos situados entre 1916 e 1942.

1 . A relação histórica entre Igreja e Estado no Brasil

Em seu artigo *A Igreja Católica e o Estado*, que trata da relação entre a Igreja Católica e o Estado Alemão, Böhler afirma que para compreender as relações existentes atualmente entre a Igreja Católica e o Estado, é preciso remontar à época da secularização, isto é, à Reforma. Ele lembra que na Idade Média, a Igreja e o Estado eram estreitamente ligados. Com a Reforma, a relação entre esses dois poderes será marcada por fortes tensões. O príncipe desejará ser o chefe da Igreja, mas isto só será possível no caso em que o Estado tiver aderido à confissão não-católica³.

No que diz respeito à relação entre Igreja e Estado no Brasil, Thomas Bruneau, em sua obra *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*, trata do estabelecimento, da decadência e da separação entre essas instituições.

O autor lembra que o tipo de Igreja estabelecido na colônia foi uma extensão daquele instituído na terra mãe. Até mesmo depois da Reforma Protestante, o modelo de Igreja que prevaleceu no resto da Europa permaneceu intacto na Espanha e em Portugal. Esses dois países envolvidos com a Contra Reforma. Esse modelo de Igreja adotado por eles é caracterizado pelo termo “Cristandade” e dominou na Europa do século IV até a Reforma. De acordo com esse modelo, a Igreja tinha autoridade sobre os negócios espirituais e políticos⁴.

O modelo inicial da Igreja Portuguesa foi elaborado no Brasil por um sistema de concessão de influência política (“padroado”), dado à Coroa pelo Papado para além do que tinha começado como uma cruzada contra os turcos e continuado como uma missão para a salvação das almas no Novo Mundo. Isto implicava a imposição da religião cristã (católica) através da força. Índios foram batizados em massa assim como os escravos vindos da África. Aonde quer que pessoas fossem encontradas, surgia ali uma missão para a Igreja, isto é, a conversão dessas pessoas ao cristianismo. O modelo adotado

³ BÖHLER, p. 259

⁴ BRUNEAU, 1974, p. 11

marca profundamente a relação entre a Igreja e a sociedade. Esta última, no Brasil, foi construída a partir de dentro da Igreja. Os instrumentos utilizados para exercer a influência foram os tecidos de estruturas e grupos que constituíam a sociedade. Os meios utilizados tornavam as pessoas cristãs⁵. Elas se tornavam católicas através dos sacramentos e da evangelização.

O local-chave do modelo de Cristandade, de acordo com Bruneau, é a integração entre Igreja e Estado. Historicamente, a Coroa portuguesa tem mantido boas relações com a Igreja. A expansão portuguesa na África, Ásia e América, foi sempre construída com marcas profundas de religiosidade. No que concerne à relação Portugal-Brasil, a Cristandade toma a forma de Cesaropapismo.

A maioria das bulas papais, que garantiram as bases do padroado no Brasil, apareceram bem antes da descoberta da colônia em 1500. Os papas deram à Coroa portuguesa um virtual controle sobre a Igreja nascente. O controle estendia-se de questões básicas relativas à construção das primeiras igrejas ao pagamento do clero, nomeação de bispos, aprovação de documentos, escolha de locais para instalação de conventos, etc. No Brasil, a base legal para o controle do Estado sobre a Igreja foi garantido, portanto, através de uma série de bulas expedidas por quatro papas de 1455 e 1515⁶.

O clérigo poderia recorrer à Coroa em caso de disciplina eclesiástica, isto é, se um membro da Igreja fosse disciplinado por um superior, por uma ordem ou por um bispo, ele poderia apelar para seu direito de recorrer à Coroa. Vale destacar também que as comunicações entre a Igreja brasileira e Roma se deram via Portugal, durante muito tempo⁷. Por tudo isto, conclui-se que Roma estava, efetivamente, incapaz de exercer autoridade sobre a Igreja no Brasil. Pode-se dizer que ela estava mais ligada à Coroa do que ao papado⁸.

Para manter a instituição, a forma usual era a cobrança de taxas (*Dízimo*)⁹. A concessão dessa taxa à Igreja era aparentemente baseada na tradição e, de fato, em relações de poder entre Roma e os vários monarcas. Esperava-se, no início da Ordem e depois da Coroa,

⁵ BRUNEAU, 1974, p. 11-12.

⁶ BRUNEAU, 1974, p. 13.

⁷ Sobre isto, deve-se consultar COLEMAN, William J. *The First Apostolic Delegation in Rio de Janeiro and its Influence in Spanish America*. Washington: Catholic University of America Press, 1950.

⁸ BRUNEAU, 1974, p. 14-15.

⁹ A décima parte dos bens móveis legalmente adquiridos e pertencentes à Deus e a seus ministros estabelecidos por instituição divina e lei humana.

como patrona da Igreja no novo território, que promovesse o estabelecimento das estruturas.

Em 1508, a bula *Universalis Ecclesia* permitia ao rei propor a criação de cargos eclesiásticos de toda a espécie e nomear os seus titulares; levantar o dízimo do culto; controlar as comunicações entre as autoridades eclesiásticas e o Papa e vice-versa; dar ou recusar autorização de publicar as atas pontificias. [...] Não só a tutela administrativa transformava até os titulares das mais altas dignidades eclesiásticas em simples funcionários do Estado, como o direito de censura atingia também a hierarquia da Igreja colocando as atas do Papa à mercê do parecer do rei. Do ponto de vista econômico, o patronato colocava a Igreja na mais completa dependência do tesouro real, que, desta maneira, adquiriu recursos, consideráveis¹⁰.

A princípio, as taxas eram insuficientes. Com o tempo, sobretudo com a descoberta de ouro e de diamante, as taxas representavam uma grande soma e a Coroa acostumou-se a deixar de lado para uso do Estado o que restava depois de providenciar aquilo que o rei entendia como suficiente para o progresso da Igreja. Este abuso da Coroa trouxe sérios resultados negativos para a Igreja no Brasil¹¹.

Era missão do Estado criar novas dioceses. Uma vez criada, a diocese deveria ser mantida por ele. No Brasil, a primeira foi fundada em 1551, na Bahia. Em 1750, a imensa colônia tem apenas oito dioceses. A formação do clero deveria ocorrer em seminários, que deveriam ser mantidos pelo Estado. Embora algumas tentativas tenham ocorrido, o primeiro seminário para formar os padres só foi erigido no Brasil, em 1739. De fato, durante todo o período colonial, a Igreja era vista por todos como mais um setor da burocracia civil controlada pelo Estado¹².

Fundada em 1540, A Companhia de Jesus chega ao Brasil com a tarefa de tornar a Igreja algo importante na sociedade nascente¹³. Os grupos locais não foram capazes de integrar os Jesuítas. Os filhos de Inácio de Loyola apareciam como uma anomalia na sociedade colonial e, por isso, foram rejeitados. Os jesuítas eram altamente

¹⁰ ALVES, 1979, p. 19-20

¹¹ Enquanto na América Espanhica e Britânica chegava-se rapidamente à condição de “Igreja”, no Brasil permanecia-se como “Missão”.

¹² BRUNEAU, 1974, p. 16

¹³ Em 1549, quinze anos depois da fundação da Companhia de Jesus, os primeiros jesuítas chegaram à Bahia. Cento e vinte e oito jesuítas chegaram ao Brasil entre 1549 e 1598.

organizados, formados no modelo militar e extremamente fiéis e ligados ao papa. Sua organização e independência da Coroa fizeram deles um efetivo instrumento de influência eclesiástica. Em 1759, eles são expulsos do Brasil e de Portugal pelo Marquês de Pombal, já que os objetivos da Coroa haviam mudado e entrado em contradição com os de Roma. Sua saída do Brasil significou uma enorme perda para a Igreja brasileira. Aquela que já era fraca e muito pouco influente, com a saída dos jesuítas tornou-se ainda mais fraca¹⁴.

Em todos os níveis, sob Pombal, a Igreja foi totalmente dominada e controlada pelo Estado. Depois de 1760, ele contou as relações com a Santa Sé. Atacando o poder da Igreja em Portugal, ele destrói quase completamente o que havia da Igreja no Brasil. Com a quebra de relações entre Portugal e Roma, as sedes episcopais ficam vacantes no Brasil. A Santa Sé torna-se incapaz de sagrar bispos sem a nomeação do Estado¹⁵.

Para o futuro, isto deixará feridas abertas. A Igreja permanecerá apenas uma Igreja colonial. O papa terá problemas mais importantes para os quais deverá dedicar sua atenção. Em 1772, o Marquês de Pombal reorganizou a Universidade de Coimbra. Um de seus objetivos com esta reforma é contrapor ao tradicional *curriculum* escolástico jesuítico cursos de Teologia e de Direito Canônico os quais estavam fortemente influenciados pelo Regalismo (teoria que defende que o Estado tem todos os direitos sobre a Igreja) e Jansenismo (a vertente desta doutrina presente em Portugal ataca a primazia do papa). Coimbra foi importante para o Brasil, dado que ela era o único centro português para os estudantes brasileiros, clérigos ou não. Assim, a partir da Universidade de Coimbra tem início a pombalinização do clero¹⁶.

No início do século XIX, a influência da Igreja era realmente inexistente. Encontra-se padres envolvidos com as lutas pela independência de Portugal, padres influenciados pelo liberalismo, mas que atuam isoladamente. Eles não agem como um bloco religioso, não defendem os interesses da Igreja. A Assembléia Nacional Constituinte, declarada em 1822 pelo Imperador do Brasil do Pedro I, tinha como presidente o Bispo do Rio de Janeiro além de quinze membros do clero. Contudo, mesmo depois da independência do Brasil, as relações entre Igreja e Estado não mudam. Nesse sentido, destaca Márcio Moreira Alves:

¹⁴ BRUNEAU, 1974, p. 19

¹⁵ Pode-se afirmar que a política pombalina foi extremamente prejudicial para a Igreja.

¹⁶ BRUNEAU, 1974, p. 21

As dificuldades encontradas por Pedro I ao longo do seu reinado (1822-1831) não lhe deixaram tempo para se ocupar dos negócios de uma religião que só o interessava muito vagamente. O imperador, grão-mestre da Maçonaria, educado numa cidade que lhe permitia as mais loucas tropelias, vivendo publicamente com uma mulher casada de quem teve vários filhos, não tinha o mínimo respeito pela moral católica. Para ele, o Papa era o monarca de um pedaço da Itália e, sobretudo, o intermediário perfeito para obter de Portugal o reconhecimento da sua independência.¹⁷

Embora fosse oficialmente o responsável pela Igreja e efetivamente a controlasse, Dom Pedro II não estava particularmente interessado nem na Igreja nem em religião. Contudo, utilizava seu poder garantido pelo padroado; mantinha-se atento em relação à Santa Sé, desconfiando de que ela pretendesse interferir em assuntos internos do Brasil; rejeitou a prestigiosa oferta de um título cardinalício para o Brasil. Durante seus cinquenta anos de reinado, criou apenas três dioceses, e a Igreja não passou de um departamento de governo¹⁸

Deve-se destacar que, por volta de 1820, motivada pela política do ultramontanismo presente em Roma, a Santa Sé tenta melhorar as relações com o Estado Brasileiro sem obter sucesso. Com efeito, isto deu base para alguns membros do clero se alinharem ao papa ficando contra o imperador.¹⁹

Segundo²⁰, no Brasil, as atuais estruturas da Igreja Católica são resultado da Constituição Republicana de 1891 ao separar a Igreja do Estado.

O conhecimento da agonia e da reconstrução do catolicismo no Brasil é essencial à compreensão das estruturas políticas da Igreja moderna. Nascida do poder temporal, tendo sofrido por ele, foi só graças a ele que conseguiu firmar-se e, gradualmente, adquirir uma relativa independência. Esta compreensão nasce do exame das relações jurídicas e políticas entre a Igreja e o Estado na altura da descoberta, da sua evolução durante o período colonial e da

¹⁷ ALVES, 1979, p. 26

¹⁸ No fim do Império, o Brasil tinha apenas doze dioceses, enquanto que os Estados Unidos, país protestante, possuíam oitenta e quatro dioceses e oito mil padres (Júlio Maria, p. 175.).

¹⁹ BRUNEAU, 1974, p. 25-26

²⁰ ALVES, 1979

monarquia independente. Este exame histórico, necessariamente muito breve, deve preceder, para aclarar, qualquer investigação sobre o papel que a Igreja desempenhou, sobre o que pretendeu desempenhar ao longo dos últimos anos e o que desempenhará num futuro próximo²¹.

O ano de 1872 é o marco da grande crise envolvendo o Estado brasileiro e a Igreja Católica. O fato ocorre em um evento da Grande Loja Maçônica do Rio de Janeiro. O discurso oficial do evento fica a cargo de um padre. Na época, era comum padres pertencerem à Maçonaria, que era um caminho para a ascensão social. Contudo, fora do Brasil, o papa Pio IX se volta contra a Maçonaria Italiana, um dos maiores inimigos do poder temporal do papado. Em 1876, ele publica a encíclica *Quanta Cura*, condenando a Maçonaria. Dom Pedro II não permite que a encíclica seja publicada no Brasil. Mas, o arcebispo do Rio de Janeiro exige que o Pe. Almeida Martins (o padre orador) deixe a Maçonaria. Caso contrário, será suspenso de ordem. O padre desobedece ao arcebispo e, graças à intervenção do poder imperial, não foi punido. A situação se agrava ainda mais quando Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, arcebispo de Recife e Olinda, levanta-se contra a Maçonaria. O prelado interdita a Irmandade do Santíssimo Sacramento, que apela à Coroa e obtém ganho de causa. O arcebispo havia recebido um documento da Santa Sé autorizando a excomunhão da Maçonaria e a dissolução das irmandades, por isso, não se submeteu ao Imperador. Em 1874, Dom Vital foi condenado a quatro anos de prisão. Pena igual foi aplicada ao bispo do Pará Dom Antonio Macedo Costa, que havia tomado decisões parecidas em sua diocese.

A questão religiosa terminou, em setembro de 1875, por um acordo proposto pelo novo primeiro-ministro, o Duque de Caxias, ele próprio um mação de alta patente: o imperador anistiou os bispos, e a Santa Sé publicou uma carta incriminando-os de falta de moderação para com as irmandades. A interdição foi levantada e o *statu quo ante* restabelecido.²²

A influência positivista sobre a República brasileira é um fato. Segundo Alves, “A proclamação da República foi obra do Exército, cujos oficiais eram há muito tempo doutrinados por professores positivistas (1979, p. 32). O historiador destaca ainda que a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro ocorreu, na verdade, por Decreto, em 7 de janeiro de 1890. Em seu artigo 4, o

²¹ ALVES, 1979, p. 18

²² ALVES, 1979, p. 32

Decreto “abolio o patronato, as suas instituições, os seus recursos e prerrogativas”.

2-A Carta Pastoral de 1916: uma declaração de guerra a tudo o que é anticatólico

Após relutar bastante, o Cônego Sebastião Leme aceitou ser ordenado bispo. Então partirá para Roma. Na Festa de Pentecoste, a quatro de junho de 1911, na Capela do Colégio Pio Latino-Americano, é sagrado bispo. Assim, o Rio de Janeiro ganha um Bispo-Auxiliar. No dia dez de junho, ele e o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Arcoverde são recebidos pelo Papa Pio X. No final, Dom Sebastião se ajoelha diante do Sumo Pontífice, pedindo que o papa lhe abençoe o episcopado. Para seu brasão, escolheu o lema *Cor unum et anima una*, tirado dos Atos dos Apóstolos e que aponta para a unidade dos primeiros cristãos no amor de Cristo.

Em *O Cardeal Leme (1882-1942)*, Laurita P. Raja Gabaglia destaca a consciência que tem o recém ordenado bispo “da gravidade da hora para o Brasil como para o mundo”. Escreve ele para o jornalista Carlos Laert:

Vivo angustiado com o muito que ainda não fiz e devo fazer. É formidável a responsabilidade dos bispos no atual momento histórico. Ou saímos a campo já, ou chegaremos tarde. Na parte que me toca, essa reflexão, que não parece exagerada, enche-me o espírito de apreensões. Falam em questão operária, mas eu creio que o que está em jogo é a *questão humana*. A nós, homens de fé e da Igreja, cabe impor ao mundo a *ordem cristã*.²³

Para a autora as preocupações de Dom Leme com a pessoa humana devem ser postas em primeiro plano. Para protegê-la, faz-se necessário estabelecer a ordem cristã. Assim, “Esse combate pela ordem cristã, pela abolição do Laicismo, pela *sacralização* da cidade terrena, D. Sebastião julga poder iniciá-lo eficazmente como Bispo-Auxiliar da Arquidiocese do Rio”²⁴. A biógrafa do prelado prossegue destacando que Dom Leme “[...] era um espírito aberto ao drama humano e às necessidades próprias de sua época”.

Ele chega ao Rio de Janeiro no dia 4 de novembro de 1911, imbuído de um profundo e sincero desejo de trabalhar pelo bem da

²³ GABAGLIA, 1962, p. 53

²⁴ GABAGLIA, 1962, p. 54

Igreja e do Brasil. Contudo, as coisas para ele na arquidiocese não foram fáceis. Cardeal Joaquim Arcoverde, responsável pela sua sagração episcopal, (aquele que o havia escolhida - e insistido - para que fosse seu Bispo-Auxiliar, o antigo Arcebispo de São Paulo que havia percebido as qualidades do jovem seminarista Sebastião Leme e o havia enviado a Roma para completar os estudos sacerdotais) logo se sentirá fortemente incomodado com a presença do novo Bispo-Auxiliar. Além das sérias dificuldades com o Cardeal, dom Leme terá de enfrentar a oposição de alguns padres mais ligados a Dom Arcoverde e que tinham influência na arquidiocese carioca.

Em 1916, a sede da Arquidiocese de Olinda fica vacante. O Cardeal Arcoverde logo se apressa para pedir à Santa Sé que nomeie Dom Sebastião Leme para a arquidiocese nordestina.

Uma vez nomeado para a nova missão, o jovem arcebispo vai para a fazenda Águas Claras, no distrito paulista de Tambaú, para fazer seu retiro espiritual. Ali escreve sua Pastoral de 1916. Segundo Gabaglia, esse documento representou para os católicos brasileiros um chamado para a guerra. Desde 1914, o mundo estava em guerra. O Brasil era frágil em sua estrutura política, social, religiosa, “sua segurança como nação tranquila e seu futuro como nação cristã eram muito precários”, afirma a autora. Para ela, o país precisava de chefes civis. Prossegue ela: “Uma das provas de descortino de D. Leme foi ter compreendido o papel de primeiro plano destinado aos Bispos na preservação e defesa do Brasil verdadeiro, que é o Brasil cristão”²⁵.

Raja Gabaglia monta o quadro do catolicismo, no Brasil, em 1816. A situação do catolicismo brasileiro na época era difícil. Um dos grandes problemas era a ignorância do povo. Outra dificuldade significativa era a escassez de clero. A população rural, em várias localidades, estava abandonada. Havia problemas pastorais de vários tipos. Nas cidades mais antigas, persistiam as irmandades que traziam embaraços para padres e bispos. A imprensa católica era nula. A ação católica era nenhuma. Apesar de ser 98% da população brasileira, ação política dos católicos resumia-se a tentativas isoladas e infrutíferas. A formação do clero deixava a desejar. O catolicismo da população era marcadamente sentimental. O espiritismo aparecia como uma ameaça²⁶. A situação financeira era muito ruim:

²⁵ GABAGLIA, 1962, p.61

²⁶ Dom Sebastião Leme o via como uma ameaça à pureza e às tradições religiosas do Brasil.

O baixo nível financeiro de quase toda a população brasileira refletia-se no estado material das dioceses. Algumas, como as de Curumbá, Santa Maria e Uruguaiana, lutavam com extrema pobreza. Outras, como Goiás, Campanha, Maranhão, viviam dia-a-dia, estreitamente. Das mais favorecidas – Rio, Bahia, S. Paulo, Olinda e outras – podia-se apenas dizer que tinham recursos suficientes, se não dos patrimônios, pelo menos dos rendimentos.²⁷

Enfim, o catolicismo brasileiro era quase unânime e bem intencionado, mas informe; assim, não podia influenciar adequadamente na vida da nação e de seu destino, destaca a biógrafa oficial do prelado. Era preciso conhecer as causas deste estado de coisas. Dom Sebastião decide estudar o catolicismo brasileiro e conclui que a causa-mãe de todos os males é a ignorância religiosa. Portanto, a *Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, Saudando os seus Diocesanos*, de 1916, tratará da ignorância religiosa e seus remédios. Segundo o próprio Dom Leme, enfrentando este mal, ele combaterá o problema do Brasil. Em sua *Pastoral*, não cansa de afirmar que “somos um país essencialmente católico”. Ele continua: “Somos a maioria e quase totalidade da Nação. Agora bem: perguntamos: Somos uma maioria cônica dos seus deveres religiosos e sociais? Infelizmente, parecemos que não!”²⁸.

O Arcebispo prossegue reclamando da ausência da influência católica no Estado e na Nação. Diz ele:

Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos de nossa vida política. Não é católica a Lei que nos rege. Da nossa fé, prescindem os depositários da autoridade. Leigas são as nossas escolas, leigo o Ensino. Na força armada da República, não se cuida de Religião. O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública. Anticatólicas ou indiferentes são as obras de nossa literatura. Vivem a achincalhar-nos os jornais que assinamos²⁹.

²⁷ GABAGLIA, 1962, p. 64

²⁸ LEME, 1916, p. 1-2

²⁹ LEME, 1916, p. 4

A conclusão do Arcebispo é que os católicos são uma maioria ineficiente e sem força atuante³⁰. Todavia, qual é a causa deste fato? O que explicaria os católicos não exercerem influência na vida da Nação? Para Dom Leme, é a falta de instrução religiosa. Reclama o prelado: “Compara-nos aos Estados Unidos, à Inglaterra, à Alemanha, países de minoria católica e onde, entretanto, os católicos têm capelães militares e escolas confessionais, eleitorado coeso, ligas operárias”. Continuando: “É que eles acordaram em tempo do sono tranquilo de uma fé inoperosa e das igrejas onde oravam, com místico fervor, saíram para todas as manifestações da vida contemporânea”. Arremata Dom Leme:

Diante da Constituição, diante do Governo, da Imprensa, da Literatura, das academias e das escolas, do Comércio e da Indústria, diante de todos os expoentes da Nação, somos um povo ateu ou indiferente. [...] O Brasil que aparece, o Brasil-Nação, esse não é nosso. É da minoria³¹.

Ele dirige críticas contundentes contra os positivistas, sobretudo, no que se refere ao culto à ciência que os leva a desconfiar ou a mesmo negar a validade da religião. Bate pesado nas doutrinas kardecistas, chamadas por ele de “absurdos palpáveis”. Exalta no povo brasileiro sua pureza, bravura e heroísmo. Sobre Canudos e Juazeiro, que eram histórias contemporâneas, diz: “Seria heroísmo, se não fora uma aberração resultante da supina ignorância da Religião”. Propugna, veementemente, a favor do ensino religioso:

Dêem-nos a nós, que somos quase a totalidade da Nação, aquilo que a mais livre das repúblicas, a Norte-Americana, não nega a seus súditos católicos, em minoria: o ensino facultativo. É o mínimo que podemos reclamar. E não é um privilégio, uma concessão. É, apenas, uma parte insignificante de justiça aos nossos direitos³².

É preciso a união e a dedicação dos católicos: “quem sabe falar que fale; quem sabe escrever, que escreva; quem não fala e nem escreve, que divulgue escritos de outros”. Numa época em que no

³⁰ De acordo com Gabaglia, este é o *Leitmotiv* de sua *Carta Pastoral GABAGLIA*, 1916, p. 68

³¹ LEME, 1916, p. 17

³² LEME, 1916, p. 95

Brasil não havia universidade, o arcebispo já mostrava o quão importante seria ter em nosso país uma universidade católica, a exemplo de países como os Estados Unidos, a Bélgica, a Alemanha, a Argentina ou o Chile, países que possuíam universidades católicas³³.

3-O papel de Dom Leme na relação Igreja-Estado, de 1916-1942

A Constituição de 1891, marcadamente influenciada pelos positivistas, bania o ensino religioso das escolas públicas. Este fato colocava dificuldades às pretensões proselitismo dos católicos. O alto clero brasileiro viu nisto uma ameaça à Igreja. A resposta que ela deu a este problema criou as bases de sua reconstrução organizacional, o que determinou sua estrutura política nas décadas seguintes.

As novas leis levaram os bispos a exprimir, na sua pastoral coletiva de 1890, a teoria da neutralidade da Igreja face aos regimes políticos, o que lhe permitia aceitar a República sem problemas. Como contrapartida desta neutralidade reclamavam a boa vontade do Estado para com a religião³⁴.

Para Mainwaring, a separação estabelecida pelo Decreto de 1890 e confirmada Constituição de 1891 entre Igreja e Estado possibilitou a Igreja a oportunidade de libertasse da tradicional subserviência ao Estado. Até 1916, ocorreram algumas tentativas de reforma interna e a tentativa de alguns membros do clero de conseguir uma maior influência na sociedade³⁵. Contudo, como vimos, sem muito sucesso. É graças a Dom Leme que o modelo de cristandade será implantado, no Brasil³⁶.

A unificação entre Igreja católica e Estado brasileiro não se produziu imediatamente porque o aparelho administrativo da Igreja carecia de coesão, o seu sistema de comunicações era precário, não

³³ Em 1941, a primeira universidade católica no Brasil será fundada, graças a Dom Leme, no Rio de Janeiro. Trata-se da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

³⁴ ALVES, 1979, p. 33

³⁵ MAINWARING, 1989, p.42

³⁶ O modelo de neocristandade vai florescer nos anos de 20. Contudo, seu apogeu ocorrerá de 1930 a 1945, com o Governo Vargas. Graças a este modelo, a Igreja fortaleceu sua presença na sociedade brasileira. São marcas da neocristandade o conservadorismo, o combate à secularização e às outras religiões. Com a neocristandade, a Igreja consegue conquistar pontos que ela considerava fundamentais: influenciar o sistema educacional brasileiro, a moralidade católica, o anticomunismo e o anti protestantismo (MAINWARING, 1989, p. 43)

existiam ainda diretivas políticas claras e consensualmente aceites e, sobretudo, porque ainda não surgira um líder que falasse em nome da instituição. Só em 1916 é que este líder apareceria, na pessoa de Sebastião Leme³⁷. A *Carta Pastoral* que o confirmou como porta-voz da hierarquia católica brasileira, segundo Bruneau, “[...] desejava um modelo de cristandade sem relações restritivas de autonomia: a Igreja brasileira estaria em coligação com Roma ao mesmo tempo que cooperaria com o Estado”³⁸.

Uma vez passada a crise da proclamação da República, os interesses civis retomam o Poder. Os seus representantes, ligados à economia do café e aos proprietários fundiários, são os antigos conselheiros do Império. Estão habituados a encarar unitariamente a condução dos negócios de Estado e da Igreja. O seu conservantismo, o seu apego às tradições e às honrarias, cria uma boa predisposição para um acordo e mesmo para uma nova unificação³⁹.

Dom Leme aparece como um dos mais importantes atores políticos da história brasileira até a Era Vargas. Isto fica claro quando se analisa sua atuação política de reaproximação entre Igreja e Estado. Ao seu redor, ele irá consolidar a hierarquia da Igreja, que se tornará uma burocracia eclesiástica controlada por ele.

No fim dos anos 20, a Arquidiocese do Rio de Janeiro estava a caminho de se tornar o centro do poder nacional da Igreja e, pelo início dos anos 30, eclipsaria, por fim, a primazia canônica da Sé da Bahia. Na verdade, o deslocamento histórico das forças políticas, econômicas e institucionais do Brasil do nordeste para o centro-sul, que vinha se operando desde meados do século XIX, só se completaria nesse momento⁴⁰.

Durante o período de 1916-1945, foi grande o envolvimento das lideranças católicas com a política. Segundo Mainwaring, os líderes católicos apoiaram Epitácio pessoa e Artur Bernardes, “mas as relações com Getúlio Vargas eram de uma proximidade excepcional. A hierarquia nunca endossou Vargas de maneira oficial”. Contudo, o Governo de Vargas recebia o apoio da maioria dos católicos (bispo, padres e leigos). De acordo com a historiadora, a Igreja oferecia apoio a Getúlio Vargas não apenas por conta dos

³⁷ ALVES, 1979, p. 36

³⁸ BRUNEAU, 1979, p. 74

³⁹ ALVES, 1979, p. 35

⁴⁰ DELLA CAVA, 1975, p. 13

privilégios que conquistara, mas também porque mantinha afinidade política com o Governo Vargas⁴¹.

As atividades do cardeal Leme e sua capacidade de estabelecer relações de intimidade com os altos círculos lograram vários êxitos políticos. Seguindo Dom Sebastião Leme e o Papa Pio XI (1922-1939), a maioria dos líderes católicos no Brasil acreditava que fosse dever da Igreja catolicizar as outras instituições para salvaguardar o caráter cristão da vida social⁴².

O início do cardinalato de Dom Leme coincide com a Revolução Outubrista. O momento torna-se uma excelente oportunidade para o Cardeal brasileiro mostrar suas habilidades de líder. Com o assassinato de João Pessoa, candidato à Vice-Presidência pela Aliança Liberal, em 26 de julho de 1930, as coisas se complicam e a Revolução explode no país⁴³. Segue para o Rio de Janeiro a marcha de trinta mil homens, liderada por Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. O Presidente Washington Luís não considera admitir a derrota. Tasso Fragoso e Mena Barreto (Generais) e Isaias de Noronha (Almirante) decidem por fim à situação apresentando ao Presidente a possibilidade de escolher entre deixar a presidência através de um acordo ou pela imposição de armas. Nesse momento, chega à Capital Federal o Cardeal Leme. De acordo com Gabaglia, tanto os oficiais quanto os assessores e amigos do Presidente acreditam que Dom Leme possa intermediar as negociações e convencer Washington Luís a renunciar de modo pacífico. Segundo a autora, do Caís Pharoux ao palácio arquiépiscopal, o povo aclamava: “Viva o salvador do Brasil! Não queremos a guerra! Viva o anjo da paz!”⁴⁴.

Após um período de muita tensão, o presidente aceita renunciar o poder. Com Dom Leme, que havia colocado como prioridade salvar a vida do presidente, Washington Luís vai do Palácio Guanabara para o Forte de Copacabana. Dias depois, o ex-presidente com sua família partiria para a Europa. Pouco depois, a 3 de novembro de 1930, Vargas à frente das tropas do Sul entra no Rio de Janeiro e recebe da Junta Militar o poder.

O Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Leme, manterá excelentes relações com Getúlio Vargas, que para se perpetuar no poder buscou apoio tanto nas forças tradicionais como nas forças

⁴¹ MAINWARING, 1989, p. 47

⁴² MAINWARING, 1989, p. 48

⁴³ O candidato à Presidência é Getúlio Vargas.

⁴⁴ GABAGLIA, 1962, p. 217

emergentes nas classes dominantes. Moacir Alves destaca algumas conquistas dos católicos na Constituição de 1934, graças à liderança de Dom Sebastião Leme:

O prefácio da Constituição coloca-a “sob a proteção de Deus”, marcando com isso o fim da influência positivista; 2. Os religiosos obtêm direitos cívicos; 3. A personalidade jurídica das ordens religiosas não sofre entraves; 4. A assistência espiritual às organizações militares e oficiais é consentida; 5. O casamento religioso é reconhecido pela lei civil; 6. O divórcio é proibido. Mas, acima de tudo, D. Leme conseguiu que o Estado fosse autorizado a financiar a Igreja, invocando “o interesse coletivo”, e que as escolas públicas admitissem o ensino religioso⁴⁵.

O futuro da Igreja, para Raja Gabaglia, ira depender da fraqueza e incertezas dos primeiros anos do governo de Vargas. O Cardeal irá mobilizar os clérigos e fiéis, sobretudo, na inauguração do Cristo Redentor. O Cardeal adverte à República Nova que a Igreja irá exercer sua influência em nome da maioria católica. A esse respeito lembra Della Cava:

A incerteza política e uma presidência cronicamente ameaçada marcavam os anos iniciais de Vargas: o desafio da Igreja, em 1931, a Revolta de São Paulo, de 1932, a Assembléia Constituinte de 1933, a depressão mundial de 1934 e o *putsch* ‘bolchevique’ de 1935 são fatos que não devem ser esquecidos. A ordem de prioridades de Leme parece ter sido primeiro conseguir privilégios para a Igreja, em troca do apoio ao regime. Segundo, manter ligações abertas com *todos* os partidos políticos (nenhum dos quais era especialmente forte) e, finalmente, ser comedido quanto ao julgamento do movimento fascista no Brasil⁴⁶.

No Brasil, a relação entre fascismo e Catolicismo teve sua ação interrompida pelo Estado Novo. O Período de 1937-1940, põe em cena a questão da relação da Igreja com um regime altamente

⁴⁵ ALVES, 1979, p. 37

⁴⁶ DELLA CAVA, 1975, p. 18. Até Vargas suprimir os últimos vestígios, em 1938, da Ação Integralista Brasileira (AIB), não se pode descartar que ela poderia ser um forte candidato ao apoio da Igreja, de acordo com Della Cava.

autoritário. A Igreja tornou-se um forte aliado do Estado Novo, mantendo antigos privilégios e adquirindo novos. Segundo Della Cava, a amizade entre Vargas e Dom Leme é algo de grande importância para se compreender essa relação⁴⁷. Deve-se destacar também que, no Estado Novo, tanto Igreja quanto Estado veem no comunismo um inimigo comum. No final dos 15 anos de poder da Era Vargas, a Igreja é reconhecida pelo Estado de modo quase oficial.

Considerações finais

Uma vez que as Constituições liberais separavam a Igreja e o Estado e que determinadas minorias anticlericais combatiam a Igreja católica, os religiosos passaram a reivindicar a política pelo viés das políticas de conciliação constituídas entre atores políticos e religiosos⁴⁸.

No Brasil, a reaproximação entre essas duas instituições deveu-se, de modo todo especial, ao importante papel desempenhado por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra que na qualidade de arcebispo de Olinda de 1916 a 1921, de arcebispo do Rio de Janeiro de 1922 a 1930 e de Cardeal de 1930 a 1942 liderou as relações entre Igreja e Estado durante todo esse período. Sua iniciativa em persuadir o Presidente Washington Luís em 1930 a renunciar espontaneamente à Presidência da República, contribuiu para salvar o Brasil de uma iminente guerra civil que, além de sanguinolenta, punha em xeque a unidade do país.

Dom Leme, embora pressionado, não era afeito à idéia de se criar um Partido Católico. Contudo, é obra sua a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC) que nasce com a missão de traçar os critérios para orientar os fiéis na escolha de candidatos. Totalmente de acordo com sua missão pastoral, nosso prelado conseguiu do Presidente Getúlio Vargas o compromisso de escutar a Igreja em matérias relativas à fé e à moral.

A proclamação da República trouxe sérias dificuldades para a Igreja. Em 1890, através de decreto, as elites políticas republicanas, fortemente influenciadas pela ideologia positivista, faz a separação entre Igreja católica e Estado brasileiro, separação que será confirmada pela Constituição da República, no ano seguinte.

Por outro lado, o Estado brasileiro, agora livre de tutelar a Igreja, vê-se na posição de se impor à sociedade, assumindo rapidamente os espaços que anteriormente eram ocupados pela

⁴⁷ DELLA CAVA, 1975, p. 19

⁴⁸ BASTIAN, 2001, p. 135

Igreja: cemitérios, casamentos, as relações familiares, a educação das crianças, a substituição da própria religião por outra, ou até sua abolição com a introdução do positivismo na cultura brasileira. O Episcopado aceita o regime republicano, mas se opõe de forma irreduzível à laicização da sociedade e do Estado⁴⁹. Além disso, a hierarquia continuou a se manifestar através da Pastoral Coletiva, mas sob um enfoque disperso, sem força de persuasão, sem proposta concreta que pusesse a Igreja numa posição de destaque junto aos desafios da secularização no país. É nesse contexto que Dom Sebastião Leme desponta na liderança do Episcopado com o desafio de fazer emergir a recristianização no Brasil, pondo em prática o modelo da neocristandade. Sua Carta Pastoral de 1916 é uma verdadeira declaração de guerra ⁵⁰ a tudo o que é anticatólico. Com Dom Leme, o Episcopado brasileiro encontra sua mais expressiva liderança ao ponto de fazer convergir para si liberais e ultramontanos.

Certamente, um erro grave cometido por Dom Leme e pelo clero em geral foi ter defendido tão veementemente que o povo católico precisava mudar, esquecendo-se de algo muito mais importante, isto é, o clero precisava mudar. Foi preciso esperar ocorrer uma crise no modelo da neocristandade, “para fazer com que a instituição modificasse suas práticas e suas crenças”, lembra Scott Mainwaring. Décadas depois do recém nomeado Arcebispo de Olinda ter destacado como problema principal do catolicismo brasileiro a ignorância religiosa da população, o problema persistia. A explicação principal para isto se deve ao fato do modelo de neocristandade não ter conseguido implementar uma mudança pastoral significativa no clero.

De Vargas, a Igreja havia conseguido vantagens no campo educacional e ser a religião privilegiada. Contudo, o período posterior a Vargas, de 1945 a 1964, ameaça seriamente a política da neocristandade: as negociações não seriam fáceis e marcadas pela instabilidade. Para Della Cava, a era Vargas pode ser caracterizada como o triunfo de fato do catolicismo. “É verdade que, no Brasil, a hierarquia desde Leme até a CNBB, persistiu na defesa de seus próprios interesses institucionais”⁵¹. A tendência era não questionar o conteúdo ideológico do Estado quando vinha ao encontro dos interesses da instituição.

⁴⁹ MARCHI, 1989 p. 164

⁵⁰ GABAGLIA, 1962 p. 61

⁵¹ DELLA CAVA, 1975, p. 47-48

Referências

- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930): Texto e contexto*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- _____. *A República Velha: Instituições e classes sociais (1889-1930)*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- _____. *A República Velha: Evolução política*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1977.
- _____. *A Segunda República (1930-1937)*: 3 ed. São Paulo: Difel, 1977.
- _____. *O Estado Novo (1937- 1945)*: 2 ed. São Paulo: Difel, 1977.
- CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981, (Coleção Temas Brasileiros, vol. I).
- COLEMAN, William J. *The First Apostolic Delegation in Rio de Janeiro and its Influence in Spanish America*. Washington: Catholic University of America Press, 1950.
- DECCA, Edgar de. 1930: *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GABAGLIA, Laurita Pessôa Raja. *O Cardeal Leme*. Rio de Janeiro: José Olímpio Ed, 1962.
- DELLA Cava, Ralph. *Igreja e Estado no Brasil do século XX*. Estudos Cebrap, n.12, p.5-52, 1975. Ana Maria Koch 308 Revista Brasileira de História, vol. 33, no 66
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História política da República*. São Paulo: Papyrus Editora, 1990, (Coleção Tempo e Memória).
- LEME, Sebastião. *Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, Saudando os seus Diocesanos*. Petrópolis: Vozes, 1916.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. Tradução

de Heloisa Braz de Oliveira Pieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARCHI, Euclides. *A Igreja e a Questão Social: O discurso e a Práxis do Catolicismo no Brasil (1850 – 1915)*. Tese de Doutorado em História, USP, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Edição Brasiliense, 1965.

TELAROLLI, Rodolpho. *Poder local na República Velha*. São Paulo: Nacional, 1977.

TODARO, Margaret Patrice: *Pastors, prophets and politicians: A study of the brazilian catholic church, 1916-1945*. Dissertação de doutoramento da Universidade de Colúmbia, 1971.